



PROJETO DE LEI Nº , DE 2024.

Altera o Decreto-Lei nº 3.437, de 17 de julho de 1941, que dispõe sobre o aforamento de terrenos e a construção de edifícios em terrenos das fortificações, para dispor sobre protocolos específicos de segurança com vistas à prevenção e repressão contra crimes atentatórios ao Estado Democrático de Direito e suas instituições.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 3.437, de 17 de julho de 1941, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º-A Na 2ª zona de 600 braças (1.320 metros), de que trata o art. 2º, serão observados protocolos específicos de segurança com vistas à prevenção e repressão contra crimes atentatórios ao Estado Democrático de Direito e suas instituições.

Parágrafo único. Os protocolos específicos a que se refere o caput serão fixados pelo Poder Executivo, mediante Decreto, observada a proporcionalidade.

Art. 2º-B As restrições de que trata esta Lei não se aplicam quando a fortificação ou estabelecimento militar estiverem desativados.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O Decreto-Lei nº 3.437, de 17 de julho de 1941, com fulcro na segurança nacional, disciplina o uso do espaço ao redor de fortificações e organizações militares.

No raio de 1320 metros das fortificações, o Decreto-Lei nº 3.437, de 1941, estabelece restrições para as construções ou reconstruções, as quais observarão, ainda, os limites determinados pelo Poder Executivo.

O estabelecimento de tais restrições tem por finalidade garantir a supremacia do interesse público por meio da especial proteção a áreas indispensáveis à jurisdição e serviços de segurança e defesa nacional.

Os ataques aos Poderes da República no dia 8 de janeiro de 2023 e toda a preparação para as invasões ao Palácio do Congresso Nacional, ao Palácio do Planalto e à sede do Supremo Tribunal Federal, **inclusive com inéditos e inusitados acampamentos nos arredores de organizações militares**, reforçam a necessidade de se ajustar o ordenamento jurídico brasileiro a fim de evitar que equipamentos públicos sejam usados como pontos de referência para



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO DINO

aglomerações que possam culminar em atos atentatórios ao Estado Democrático de Direito. Frise-se que tais aglomerações constituem perigo à própria segurança das organizações militares e seus integrantes, expostos a várias ameaças e riscos, a exemplo de ataques à bomba ou perpetração de outros crimes.

Nesse contexto, por meio deste projeto de lei, visa-se estabelecer que, na distância de 1.320 metros em relação às fortificações e estabelecimentos militares, deverão ser observados **protocolos específicos de segurança impeditivos ao cometimento de crimes atentatórios ao Estado Democrático de Direito e suas instituições**. Tais protocolos deverão ser previstos em regulamento.

Com esteio no princípio da razoabilidade, é previsto, ainda, que o cumprimento das restrições previstas no Decreto-Lei nº 3.437, de 17 de julho de 1941, somente será necessário enquanto os imóveis permanecerem efetivamente afetados à defesa nacional ou a outras finalidades militares.

Tendo sido demonstrada a relevância deste projeto de lei, verificada, em especial, no fortalecimento do Estado Democrático de Direito, conto com o apoio dos meus Pares para a respectiva tramitação e aprovação.

Sala das Sessões, de de 2024.

FLÁVIO DINO
Senador da República